



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO I

MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº. 003/2025

O MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede nesta cidade, na Avenida Flores da Cunha, nº. 2209, CEP. 94010-020, inscrita no CNPJ sob o nº. 87.990.800/0001-85, representado pela Prefeita interina, Sra. **Jussara Maria da Silva**, doravante designado de CREDENCIANTE, e, de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com sede na _____, nº. __, bairro _____, CEP _____, no Município de _____, com seu representante legal abaixo indicado, denominada de CREDENCIADA, fundamentados nas disposições da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, e tendo em vista o que consta CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº. 003/2025, resolvem celebrar o presente termo mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA INTERESSADA EM PROCEDER COM A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS EM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA-RS, desde que:

- a) Tenham recebido o primeiro salário pago pela conveniente;
- b) sejam aposentados em caráter permanente ou reformados, desde que seus proventos sejam pagos pelo ex-empregador;
- c) sejam pensionistas em decorrência de morte do servidor e que seus proventos sejam pagos pelo ex-empregador;
- d) estejam exercendo mandato legislativo, executivo, vínculo funcional ou contrato empregatício com o prazo máximo limitado ao mês do término do mandato vigente, desde que o seu provento seja pago pela Conveniente;
- e) estejam em gozo de licença para tratamento de saúde, recebam rendimentos integrais e pagos pelo empregador;
- f) sejam aprovados pelo sistema de avaliação de risco de crédito da CREDENCIADA.

1.2 São impedidos de contrair a operação, os servidores que:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

- a) trabalhem sob regime de tarefas.
- b) pertençam a CONVENIENTE que não esteja em dia com o repasse dos valores averbados;
- c) possuam débitos em atraso em qualquer área da CREDENCIADA, exceto quando o líquido do empréstimo destinar-se à quitação desse débito;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 A administração municipal não pagará qualquer valor à credenciada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

3.1 A Credenciada deve cumprir integralmente as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento, no Termo de Referência e no Termo de Credenciamento assinado com a Administração Municipal;

3.2 A Credenciada deverá providenciar o convênio com a ASSOCIAÇÃO DE BANCOS – ASBAN ou outra que venha a substituir a atual responsável pela operação do sistema de controle do grau de endividamento em folha de pagamento dos servidores municipais ativos para gestão de margem consignável, já em uso pela Prefeitura Municipal de Cachoeirinha/RS;

3.3 A Credenciada deverá manter-se habilitada junto aos respectivos órgãos de fiscalização da sua categoria, sob pena de rescisão contratual;

3.4 A Credenciada deve manter durante toda a vigência do credenciamento autorização de funcionamento válida emitida pelo Banco Central do Brasil;

3.5 A Credenciada será responsável por todos os encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas e por assinar a carteira de trabalho dos seus funcionários e das pessoas subordinadas a eles envolvidas no atendimento, isentando integralmente o Município;

3.6 A Credenciada deverá responder, integralmente, pelas perdas e danos que vier a causar ao MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA- RS ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita;

3.7 A Credenciada deverá assumir todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo, correndo por sua conta exclusiva a quitação desses tributos.

3.8 Caberá ao usuário (servidor público municipal) escolher com qual credenciada fará a operação de crédito consignado, mediante análise feita pelo próprio usuário das taxas e condições oferecidas pelas instituições financeiras credenciadas, sendo de única e exclusiva responsabilidade do servidor essa escolha.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

3.9 As parcelas dos empréstimos consignados serão descontadas em folha de pagamento dos servidores, devendo ser sucessivas e de acordo com o seu consumo ou contratação do serviço.

3.10 A instituição financeira credenciada deverá prestar a Prefeitura todas as informações necessárias para novas averbações e manutenção da base de operações de crédito consignado contratadas pelos servidores, que abrangerão, no mínimo, nome completo e CPF do servidor beneficiário, quantidade e valor das parcelas se for o caso.

3.11 A instituição financeira credenciada deverá avaliar as solicitações para contratação do serviço, decidindo acerca de sua aprovação, respeitando a legislação vigente.

3.12 A instituição financeira credenciada deverá disponibilizar atendimento eficaz, com todas as informações necessárias para a avaliação do interesse na contratação das operações de empréstimos consignados.

3.13 A instituição financeira credenciada deverá comunicar a Prefeitura, formalmente por escrito, qualquer alteração no número da agência e da conta na qual deverão ser depositados os valores descontados dos servidores por força da consignação em pagamento.

3.14 Fornecer a posição de dívida atualizada para liquidação/amortização antecipada dos empréstimos, quando solicitado pela CONVENIENTE, por ocasião da rescisão de contrato de trabalho do servidor/devedor.

3.15 Manter sob sua guarda, até a liquidação do empréstimo, na condição de fiel depositária, o respectivo documento de outorga ao empregador, por parte do empregado devedor, de autorização, em caráter irrevogável, para a consignação das prestações contratadas em folha de pagamento, podendo a referida outorga fazer parte de cláusula específica do contrato de empréstimo.

3.16 Para obtenção do termo de credenciamento, a Prefeitura se compromete a fornecer à instituição financeira credenciada as informações sobre a margem disponível para a realização da consignação em pagamento relativa a cada crédito consignado solicitado confirmando, no mesmo prazo, a realização da consignação em sua folha de pagamento;

3.17 A Credenciada deverá observar o limite previsto em legislação própria aplicável ao município;

3.18 A Credenciada deve ter atendimento presencial no Município de Cachoeirinha ou na Região Metropolitana de Porto Alegre, em local de fácil acesso e canais digitais funcionais (aplicativo ou plataforma eletrônica) e canal de ouvidoria acessível aos servidores.

3.19 A Credenciada deve oferecer aos servidores ativos, inativos e pensionistas taxas de juros compatíveis com as praticadas no mercado, respeitando as condições apresentadas no momento do credenciamento;

3.20 A Credenciada deve ter condições de contratação transparentes, incluindo informações claras sobre custos, prazos e encargos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

3.21 A Credenciada deve ter atendimento adequado, cordial e eficiente, sem qualquer prática de assédio ou indução forçada à contratação.

3.22 A Credenciada deve garantir a proteção e confidencialidade dos dados pessoais e bancários dos servidores, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), adotando medidas de segurança técnicas e administrativas eficazes;

3.23 A Credenciada deve abster-se de realizar contato direto indevido com servidores públicos para oferta de produtos ou serviços, salvo quando solicitado expressamente pelo interessado, sob pena de descredenciamento;

3.24 A Credenciada deve cumprir integralmente a legislação aplicável, incluindo:

3.24.1 Normas do Banco Central do Brasil;

3.24.2 Lei nº 14.133/2021;

3.24.3 Código de Defesa do Consumidor e demais regulamentos correlatos.

3.25 A Credenciada deve fornecer à Administração Municipal, sempre que solicitado:

3.25.1 Relatórios periódicos contendo informações sobre operações de crédito realizadas, taxas aplicadas, prazos contratados e volume de atendimento;

3.25.2 Comprovação de funcionamento regular dos canais de atendimento e ouvidoria.

3.26 A Credenciada deve responsabilizar-se integralmente pelos custos operacionais, logísticos, técnicos e administrativos relacionados à execução dos serviços de concessão de crédito consignado, sem qualquer ônus para Administração.

3.27 A Credenciada deve adotar práticas de compliance, integridade e ética corporativa, mantendo código de conduta interna ou programa equivalente, em consonância com orientações da Controladoria-Geral da União (CGU) e dos Tribunais de Contas.

3.28 A Credenciada deve assinar todos os termos, declarações e documentos exigidos neste Edital e manter atualizados os documentos comprobatórios de habilitação durante toda a vigência do credenciamento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

4.1 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº 14.133/21 e legislação correlata;

4.1.2 Divulgar e manter atualizado, em seu portal eletrônico oficial, o edital de credenciamento, anexos, relação das instituições financeiras credenciadas e eventuais alterações ou comunicados pertinentes. Garantindo a transparência do procedimento;

4.1.3 Disponibilizar às instituições financeiras credenciadas:

4.1.3.1 Informações técnicas e fluxos operacionais necessários à efetiva integração do sistema de consignação em folha de pagamento;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 4.1.3.2** Layouts de arquivos, prazos e rotinas de envio de dados, conforme normas internas da Administração.
- 4.2** Proporcionar à Credenciada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços;
- 4.3** Prestar aos funcionários da Credenciada todas as informações e esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto do credenciamento;
- 4.4** Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CREDENCIANTE, não deve ser interrompida;
- 4.5** Não permitir que a credenciada execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas neste Instrumento;
- 4.6** Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do credenciamento, e, em especial, na aplicação à Credenciada de sanções e alterações do Contrato, quando se fizerem necessárias.
- 4.7** Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.
- 4.8** Para obtenção do termo de credenciamento, a Prefeitura se compromete a fornecer à instituição financeira credenciada as informações sobre a margem disponível para a realização da consignação em pagamento relativa a cada crédito consignado solicitado confirmando, no mesmo prazo, a realização da consignação em sua folha de pagamento;
- 4.9** A credenciada deverá observar o limite previsto em legislação própria aplicável ao município;
- 4.10** A Prefeitura deverá informar a Credenciada, por meio de sistema ou diretamente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, qualquer alteração que ocorra em relação à situação dos servidores que possa comprometer a consignação em folha de pagamento;
- 4.11** A Prefeitura deverá informar a Credenciada, por meio de sistema ou diretamente, os servidores excluídos da consignação por motivo de exoneração, vacância, inatividade, falecimento, ou qualquer outra situação que, temporária ou definitivamente, impossibilite a consignação em folha de pagamento, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da referida exclusão;
- 4.12** A Prefeitura deverá receber e processar as informações prestadas pela Credenciada, identificando e efetuando a consignação ou, eventualmente, justificar o motivo da não realização da consignação, no prazo acordado;
- 4.13** A Prefeitura deverá informar a Credenciada, por meio de sistema ou diretamente, mensalmente e no prazo a ser acordado, as informações sobre os descontos processados e efetuados das parcelas por meio de envio dos arquivos;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

4.14 A Prefeitura deverá depositar em favor da Credenciada os valores descontados dos servidores por conta da consignação até o dia 10 de cada mês;

4.15 As consignações em folha somente poderão ser suspensas ou canceladas com a prévia e expressa anuência da Credenciada, salvo por força de decisão judicial, hipóteses específicas previstas na legislação vigente ou em regulamento próprio;

4.16 O presente termo de credenciamento será executado sem qualquer custo para a Prefeitura;

4.17 As consignações em folha de pagamento realizadas nos termos deste termo de credenciamento não implicam responsabilidade da Prefeitura por dívida, inadimplência, desistência ou pendência de qualquer natureza assumida pelos servidores perante a Credenciada por conta da concessão de crédito consignado, salvo em relação aos valores retidos e não repassados;

4.18 Garantir a proteção dos dados pessoais dos servidores, observando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), de modo que as informações transmitidas as instituições credenciadas sejam restritas ao necessário para a execução dos contratos de consignação;

4.19 Adotar medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações por parte das instituições credenciadas, aplicando as penalidades previstas neste edital e no Termo de Credenciamento, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

4.20 Prestar esclarecimentos e apoio técnico às instituições credenciadas sempre que necessário, visando ao correto funcionamento do processo de consignação em folha de pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1 O CREDENCIANTE poderá realizar o descredenciamento quando houver:

- I - pedido formalizado pelo credenciado;
- II - perda das condições de habilitação do credenciado;
- III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

5.1.1. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

5.1.2 Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

5.1.3. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

6.1. O CREDENCIADO cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 7589, de 2022, se realizar as seguintes condutas:

- a) der causa à inexecução parcial do serviço;
- b) der causa à inexecução parcial do serviço que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do serviço;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do serviço;
- f) praticar ato fraudulento na execução do serviço;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao CREDENCIADO se incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) ADVERTÊNCIA, como instrumento de diálogo e correção de conduta, nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave:

- I.1** – descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou contratual;
- I.2** – inexecução parcial de obrigação contratual de pequena relevância, a critério da Administração.

II) A sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR e CONTRATAR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao CREDENCIADO, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, se:

- II.1** – der causa à inexecução parcial do serviço que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo período de um a dois anos.
- II.2** – dar causa à inexecução total do serviço, pelo prazo máximo de três anos.
- II.3** – deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo máximo de seis meses.
- II.4** – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo máximo de um ano.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

II.5 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo máximo de um ano.

II.6 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do CREDENCIAMENTO sem motivo justificado, pelo prazo máximo de um ano.

III) A sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, será aplicada ao CREDENCIADO se:

III.1 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

III.2 – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III.3 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

III.4 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

III.5 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

IV) A multa será aplicada observando-se os seguintes parâmetros:

IV.1 – Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

IV.2 – Compensatória, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, se o CREDENCIADO:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV.3 – Compensatória, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor estimado para a contratação, quando o CREDENCIADO não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV.4 – Compensatória, de 6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

IV.5 – Compensatória, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV.6 – Compensatória, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º/08/2013;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

6.3. Para os fins da aplicação das sanções previstas neste instrumento, considera-se inexecução total do contrato:

- I – Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- II – Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

6.4. Para os fins da aplicação da sanção de advertência considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração.

6.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CREDENCIANTE.

6.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.7. Para aplicação de qualquer penalidade contratual, é imprescindível a prévia instauração de processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, e observadas as disposições do Decreto Municipal nº 7589, de 27/12/2023, em especial a apresentação de defesa prévia escrita no prazo de 15 dias úteis do recebimento da notificação.

6.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CREDENCIANTE ao CREDENCIADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada, preferencialmente por meio eletrônico, pela autoridade competente.

6.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CREDENCIANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.11. A personalidade jurídica do CREDENCIADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

direito, com o CREDENCIADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.12. O CREDENCIANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas pelos servidores da Secretaria Municipal de Administração, responsáveis pelo controle da folha de pagamento.

7.2 A execução do presente Termo de Credenciamento será avaliada pelo órgão competente, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento.

7.3 A CREDENCIADA facilitará à CREDENCIANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da CREDENCIANTE, designados para tal fim.

7.4 A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, realizar pesquisa de satisfação dos usuários atendidos, bem como aplicar qualquer instrumento de avaliação da qualidade do atendimento prestado.

7.5 Em qualquer hipótese é assegurado ao CREDENCIADO amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e do Decreto Municipal nº 7.589 de 2022.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

8.1 O prazo de vigência do presente termo de credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Credenciamento, podendo ser prorrogado por igual período, limitado ao máximo de 60 (sessenta) meses.

8.2 A parte que não tiver interesse na prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.3 A inobservância, pelo CREDENCIADO, de qualquer uma das Cláusulas do presente Contrato, ensejará a sua rescisão imediata, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento e no Decreto Municipal nº 7.589 de 2022.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 É parte integrante deste Termo de Credenciamento o Edital do Chamamento Público para Credenciamento 003/2025 e seus Anexos, inclusive o Termo de Referência.

9.2 O presente termo de credenciamento poderá ser alterado, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3 A CREDENCIADA e a Conveniente declaram que cumprem a legislação brasileira sobre privacidade, incluindo a Lei n. 13.709/2018 (LGPD). Declaram, ainda, que, sendo necessário o compartilhamento mútuo de dados pessoais para concessão de empréstimos aos servidores mediante consignação em folha de pagamento, se comprometem a adotar todas as medidas de segurança para proteger dados pessoais e cadastrais sob seu controle.

Parágrafo Primeiro – Por meio do contrato de concessão e/ou renovação o servidor/devedor autorizará a CREDENCIADA a realizar o tratamento dos seus dados pessoais nos termos da Lei nº 13.709/2018, ressaltando que o tratamento dos dados fornecidos pelo cliente será limitado aos fins previstos neste contrato, em cumprimento a boa-fé e aos princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Parágrafo Segundo – O(s) Representante(s) da Conveniente autoriza (m) a CREDENCIADA a realizar o tratamento dos seus dados pessoais nos termos da Lei nº 13.709/2018.

9.3 É competente o Foro da Comarca de Cachoeirinha/RS para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste Termo de Credenciamento.

9.4 E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Cachoeirinha, xx de xxxxx de 20xx.

JUSSARA MARIA DA SILVA
Prefeita interina

CREDENCIADA:
Representante:
CPF: